

Relatos de uma resistência à margem: os 15 anos do projeto de pesquisa “Jornalismo e ditadura militar no Paraná”¹

Alana Morzelli²
Thais de Castro Silva³
Ana Clara Osinski⁴
José Carlos Fernandes⁵

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Resumo

Este artigo apresenta um panorama do projeto de pesquisa "Jornalismo e Ditadura Militar no Paraná", desenvolvido desde 2012 no Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (Decom-UFPR). Ao longo de uma década e meia, o estudo passou por diferentes fases — iniciação científica, extensão e pesquisa livre —, acumulando aproximadamente 45 entrevistas em profundidade com jornalistas que atuaram nas redações paranaenses entre 1964 e 1985. O trabalho reconstrói a trajetória da pesquisa, identificando suas etapas, temas investigados, achados centrais e os produtos gerados, entre eles artigos científicos, capítulos de livros, Trabalhos de Conclusão de Curso e investigações específicas sobre periódicos como o jornal *Panorama*, o *Última Hora* – edição Curitiba; e a Grafipar Edições. O conjunto da produção desafia o senso comum que classifica o jornalismo paranaense como passivo diante do regime militar, revelando formas cotidianas e oblíquas de resistência. A metodologia da história oral, combinada com a entrevista em profundidade, é discutida como fundamento epistemológico do projeto e como estratégia de preservação da memória profissional.

Palavras-chave: jornalismo; ditadura militar; Paraná; história da imprensa; resistência.

Introdução

O jornalismo paranaense encontra um sem número de lacunas sócio-históricas em sua relação com o período da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985). A narrativa hegemônica — tanto no senso comum quanto em parcela da historiografia da comunicação — tende a

¹Trabalho apresentado no GT de Jornalismo do Intercom Júnior, inserido no 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UCB – Brasília – DF, realizado de 1º a 5 de setembro de 2026.

²Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e-mail: alanamorzelli@ufpr.br.

³Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e-mail: thaicastro@ufpr.br.

⁴Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e-mail: anaosinski@ufpr.br.

⁵Orientador do trabalho. Professor e jornalista do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e-mail: zeca@ufpr.br.

classificar a imprensa do estado como "chapa-branca", expressão que, no jargão jornalístico, designa uma cobertura acrítica e conivente com o poder. Essa premissa, de tão repetida, adquiriu estatuto de verdade, silenciando experiências de resistência vividas por jornalistas nas redações paranaenses durante os anos mais duros do regime (Heller, 1988).

A historiografia da imprensa brasileira dedicou atenção privilegiada aos grandes centros, São Paulo e Rio de Janeiro, eixo em que se concentravam os jornais de circulação nacional e os veículos da chamada imprensa alternativa (Abreu, 2002). Periódicos como *O Pasquim*, *Movimento* e *Opinião* foram amplamente estudados como expressões da resistência jornalística ao autoritarismo (Kucinski, 2003; Chinem, 2004). A imprensa regional, por contingência desse movimento, permaneceu em segundo plano — tratada, quando muito, como apêndice ou reflexo das dinâmicas nacionais.

É nesse contexto que, em 2012, nasceu o projeto "Jornalismo e Ditadura Militar no Paraná", vinculado ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (Decom-UFPR). O projeto surgiu a partir de um convite da Comissão da Verdade, seção Paraná, para que professores e estudantes de Jornalismo da UFPR colaborassem nas entrevistas com ex-presos e torturados pelo regime. Embora a parceria formal com a Comissão não tenha se concretizado, o encontro gerou um projeto autônomo de pesquisa, orientado por uma pergunta central: de que forma os jornalistas paranaenses que atuaram nas redações paranaenses a partir de 1964 resistiram à ditadura?

Este artigo propõe um panorama do projeto ao longo dos 15 anos em que foi realizado de forma ininterrupta. O objetivo é mapear as fases da pesquisa, os temas investigados, os achados consolidados e os produtos acadêmicos gerados — entre eles artigos, TCCs, investigações específicas e a formação de um acervo oral inédito. A reflexão é pertinente não apenas como exercício de memória institucional, mas como contribuição metodológica para pesquisas em História do Jornalismo que mobilizam a oralidade como fonte primária. Perpassam nossas observações que os efeitos da ditadura militar instalada em 1964 impactam as páginas dos jornais que circulavam no período, assim como os jornalistas que ali trabalhavam, formando diversas conjunturas de análise e “sucessivas dobras temporais” (Bonsanto, 2021, p. 21). As entrevistas que formam o acervo do projeto se prestam, portanto, a um reconhecimento do período, nem sempre aparente antes das conversas entre o núcleo e os/as jornalistas. E revelam o paradoxo da ação na imprensa em regime de privação de Liberdade e riscos à democracia. Nesse sentido, tal como em determinadas camadas da literatura focada na realidade, as falas entrelaçam sociedade, tempo, memória, num processo

tão legítimo quanto frágil de reconstrução do real (Candido, 2023). Ao fato comprovável de que a imprensa brasileira preparou e legitimou o golpe de 1964 (Silva, 2017), influenciando a opinião das classes médias e elites dirigentes, somam-se as evidências que do meio desta mesma imprensa surgem jornalistas dispostos a reescrever seus papéis no cenário que, direta ou indiretamente, ajudaram a criar.

Origem, fundamentos e metodologia do projeto

O projeto "Jornalismo e Ditadura Militar no Paraná" é um desdobramento do projeto mais amplo "O leitor e a cidade", coordenado pelo professor José Carlos Fernandes no Decom-UFPR. Em sua fase inaugural, reuniu, além de Fernandes, os professores Rosa Maria Cardoso Dalla Costa, Myrian Regina Del Vecchio de Lima e Elson Faxina, bem como o então mestrando André Bonsanto — historiador, publicitário e pesquisador da comunicação. A diversidade de formações da equipe fundadora — jornalismo, comunicação, história e publicidade — conferiu ao projeto, desde o início, um perfil interdisciplinar. A escolha pela geração de fontes via depoimentos dos jornalistas – homens e mulheres – atendeu desde o início à demanda de registrar como os repórteres, comumente tratados como “a imprensa”, no sentido genérico e pejorativo, percebiam a movimentação dos censores nas redações e como reagiam a essa presença, dada a forma opressiva como a situação se desenhava, em especial depois do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968. A repressão tinha a seu favor o aparato dos DOI-Codi, liberdade para perseguir opositores e abrir inquéritos policiais, nos níveis municipais, estaduais ou federais (Larangeira, 2014). Some-se a esse retrato a máquina de propaganda de que o novo regime instaurava um ideário contagiante de “Brasil grande” e, a seu modo, reconceituava o que era ser brasileiro e o sentido da democracia (Fico, 2024). Pode-se dizer que no Paraná da Usina de Itaipu, exemplo de como o estado militarizado se “vendia” na forma desenvolvimentista, esse imaginário encontrou espaço para se desenvolver, inibindo a expressão dos opositores do militarismo.

A metodologia central adotada foi a da entrevista em profundidade (Minayo, Costa, 2019), ancorada nos fundamentos teóricos da história oral. Segundo Alberti (2013), a história oral é uma metodologia de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas ou modos de vida do passado recente. No caso do projeto paranaense, essa escolha metodológica teve uma justificativa urgente. Os sujeitos da pesquisa — jornalistas que atuaram entre os anos 1960 e 1980 —

estavam em idade avançada, e seus depoimentos correriam o risco de se perder sem um esforço sistemático de registro. Dentre os entrevistados que já faleceram citamos Teresa Urban, Terezinha Cardoso, Beth Fortes, Rosy de Sá Cardoso, Milton Ivan Heller, Luiz Geraldo Mazza, Luiz Renato Ribas, Cícero Cattani e Hélio Teixeira.

As entrevistas foram realizadas com roteiro semiestruturado, permitindo ao entrevistado introduzir temas não previstos pelos pesquisadores. As falas foram gravadas em áudio e, em alguns casos, também em vídeo, de modo a gerar documentos acessíveis a futuros investigadores. Os encontros foram conduzidos sempre com mais de um entrevistador e realizados, preferencialmente, na casa dos entrevistados — uma escolha deliberada que favorecia a rememoração e o relato pessoal, criando um ambiente de confiança propício à narrativa.

Desde 2014, a coordenação do projeto passou a ser exercida exclusivamente pelo professor José Carlos Fernandes, que conduziu as diferentes fases subsequentes. Em 2026, parte dos fundadores seguiu trajetórias diversas: Rosa Maria Dalla Costa encontra-se aposentada; José Carlos, Myrian e Elson continuam no Decom-UFPR; e André Bonsanto Dias tornou-se professor na Universidade Estadual de Maringá (UEM), após encabeçar investigação sobre a atuação do jornal *Folha de S. Paulo* na condução de torturados pelo regime militar, fato historicamente negado pela empresa jornalística.

A pergunta orientadora do projeto — "De que forma o jornalismo e os jornalistas paranaenses, que atuaram nas redações paranaenses a partir de 1964 resistiram à ditadura?" — desafiou o senso comum que afirma a convivência passiva da imprensa paranaense com o regime. Ao contrário do que supõe a narrativa dominante, as entrevistas revelaram homens e mulheres empenhados na restituição da democracia, mesmo que de formas discretas, oblíquas ou cotidianas. Essa contramão constitui, em si mesma, o principal resultado do projeto.

Fases da pesquisa e a construção do acervo oral

Entre 2012 e 2026, o projeto percorreu diferentes configurações institucionais dentro da UFPR. Existiu como projeto de iniciação científica — sua modalidade mais constante e duradoura, que reuniu ao menos 30 estudantes, majoritariamente do Curso de Jornalismo —, como projeto de extensão e como projeto livre de pesquisa. Cada configuração trouxe diferentes focos temáticos, equipes renovadas e novas perguntas derivadas dos próprios depoimentos coletados.

Na primeira fase, entre 2012 e 2014, o projeto reuniu a equipe fundadora e definiu seus contornos metodológicos. As entrevistas iniciais foram realizadas com jornalistas cujas trajetórias já eram conhecidas no campo da comunicação paranaense, estabelecendo as primeiras premissas que orientariam as pesquisas subsequentes. A partir de 2014, o projeto ganhou uma identidade mais definida e passou a funcionar preponderantemente como projeto de iniciação científica, renovando anualmente as equipes de bolsistas.

O acervo construído ao longo desse percurso reúne, em 2026, aproximadamente 45 entrevistas gravadas. A maior parte delas é classificada como entrevistas em profundidade, conduzidas com jornalistas que viveram diretamente os anos da censura nas redações paranaenses. Uma parcela menor consiste em "entrevistas de checagem" — realizadas com personagens secundários à investigação central, cujas informações reiteravam ou questionavam as premissas desenvolvidas pelo estudo. Essa distinção metodológica entre depoimentos primários e de checagem é, por si só, uma contribuição do projeto ao campo da história oral aplicada ao jornalismo.

Embora o acervo seja constantemente consultado por pesquisadores vinculados ao projeto, ele ainda não está organizado em um repositório estruturado. As entrevistas são disponibilizadas conforme a demanda de estudantes e pesquisadores envolvidos nas diferentes frentes de investigação, enquanto a equipe trabalha na catalogação e no tombamento sistemático do material. Esse processo busca preservar o conjunto de depoimentos e preparar seu lançamento oficial como acervo de pesquisa, tornando-o acessível de forma organizada à comunidade acadêmica.

Na galeria de entrevistados formada até aqui, destacam-se nomes como Adherbal Fortes de Sá, que chegou a trabalhar na sucursal local do jornal Última Hora, cuja sede foi apedrejada por secundaristas em 1964, depois de uma palestra de Carlos Lacerda em Curitiba. Cada depoimento constitui, ao mesmo tempo, fonte primária para pesquisas acadêmicas e documento histórico preservado para gerações futuras de pesquisadores. O projeto encontra-se, em 2026, em processo de "tombamento" — ou seja, de catalogação e preservação sistemática do acervo — de modo a torná-lo acessível a pesquisadores de outras instituições. Essa organização também reflete a trajetória do próprio projeto, que se consolidou principalmente como iniciativa de iniciação científica. Embora tenha funcionado por um curto período como projeto de extensão, sua continuidade foi garantida pela renovação anual das equipes de iniciação científica, permitindo que novas fontes fossem incorporadas ao acervo a cada gestão e ampliando continuamente o escopo da pesquisa.

A utilização do acervo já é expressiva: as entrevistas embasaram pelo menos 20 artigos científicos — incluindo capítulos de livros — e vários Trabalhos de Conclusão de Curso. Trata-se, portanto, de um acervo vivo, em contínua mobilização pela comunidade acadêmica da área de comunicação.

Principais achados e premissas consolidadas

Ao longo das diferentes fases de investigação, o projeto consolidou um conjunto de premissas que reorientam a historiografia do jornalismo paranaense no período ditatorial. Longe de confirmar o clichê do jornalismo passivo, as entrevistas revelam um quadro mais complexo e matizado, marcado por microformas de resistência, estratégias de sobrevivência profissional e solidariedade entre jornalistas. As deduções que seguem foram listadas na forma da “leitura flutuante” das falas das fontes, conforme sugere Bardin (2016).

O primeiro e mais significativo achado é que os jornalistas dos grandes jornais — os chamados “jornalões” — passaram por um intenso processo de autocensura. A censura, nesse contexto, não se exercia apenas de fora para dentro, por meio de censores enviados às redações ou de telefonemas ameaçadores. Ela se internalizava nos próprios profissionais, que aprendiam a antecipar o que não poderia ser publicado e a produzir textos que navegavam nos limites do tolerável. Esse mecanismo de autocensura é descrito como uma das formas mais eficazes de controle discursivo, pois dispensa a vigilância permanente ao tornar o próprio sujeito seu censor (Urquiza, Marques, 2016). A expressão carece de aprofundamento, pois mais do que um mecanismo interno — que leva a desviar de pautas polêmicas, antecipando-se a sua proibição — também tem a ver com “acordo”, no sentido de consentimento às ações repressivas, numa espécie de “oportunismo pragmático” (Ribeiro *et al*, 2024).

A rotina da censura se dava nos fins de expediente, nos chamados “aquários” — expressão que designava, nas redações da época, os espaços envidraçados onde os editores se reuniam para fechar as edições (Marcondes, 1993; Noblat, 2002). Era nesses momentos, quando boa parte dos repórteres já havia se retirado, que as decisões sobre o que publicar ou suprimir eram tomadas. Esse ritual noturno, invisível à maioria dos profissionais da redação, concentrava o poder de vida e morte sobre as matérias.

Outro achado relevante é que havia, entre os profissionais da imprensa convencional, uma compreensão corrente de que a resistência caberia exclusivamente à imprensa alternativa. Essa divisão de papéis — que reservava à grande imprensa a função de sobreviver e à imprensa

alternativa a função de resistir — funcionava, paradoxalmente, como mecanismo de alívio de responsabilidade. Ao mesmo tempo, desconhecia as múltiplas formas de resistência que se exerciam dentro das próprias redações dos grandes jornais.

O projeto identificou ainda que jornalistas mais visados pela censura e pela Polícia Federal encontraram refúgio em espaços inesperados: o jornal católico *Voz do Paraná* e a editora de revistas eróticas Grafiar foram abrigos para profissionais com direitos cassados (Fernandes, 2017). Essa convergência improvável — entre o discurso religioso e o discurso erótico como espaços de resistência — é um dos achados mais originais do projeto e evidencia a criatividade das estratégias de sobrevivência profissional sob a ditadura.

Quanto à hierarquia da repressão entre os veículos paranaenses, o jornal *O Estado do Paraná*, do grupo Paulo Pimentel (Fernandes, 2016), foi o periódico que mais sofreu pressão direta dos censores no estado. Em sentido oposto, os feitos gráficos e editoriais do *Diário do Paraná*, do grupo Diários Associados, permaneceram injustiçados pela historiografia da imprensa brasileira, que raramente os reconhece como inovações significativas no campo do design e da linguagem jornalística.

O projeto identificou também que o período foi marcado pela chegada das primeiras mulheres diplomadas em Jornalismo às redações paranaenses — fenômeno que transformou silenciosamente as práticas e a cultura dessas redações. Além disso, os jornalistas repassavam informações censuradas a colegas nos espaços de boemia — bares, cafés, encontros informais após o expediente —, constituindo redes de comunicação paralelas que garantiam a circulação, mesmo que restrita, de notícias vetadas pelos grandes jornais (Vecchio-Lima e Fernandes, 2021).

Por fim, os episódios em torno das escolas "Oca" e "Fábrica", estudados pelo historiador José Abreu (2025), indicam que houve um prolongamento da ditadura no Paraná mesmo após a Lei de Anistia, evidenciando que a resistência e a repressão não se encerraram com os marcos legais do regime. Esse dado recoloca em perspectiva a narrativa oficial da redemocratização e sugere que o projeto de pesquisa ainda tem muito a investigar nas décadas seguintes a 1985.

Os periódicos investigados: *Panorama*, *Última Hora*, *Gazeta do Povo*...

As entrevistas não apenas documentaram trajetórias individuais, mas pautaram as escolhas investigativas a cada ciclo da pesquisa. Os próprios entrevistados indicavam, em seus

depoimentos, periódicos e episódios que mereciam atenção, transformando o acervo oral em uma bússola para os pesquisadores.

Um dos objetos mais recorrentes nas falas dos entrevistados foi o jornal *Panorama*, que circulou em Londrina, Norte do Paraná, entre 1975 e 1976. Editado por jornalistas oriundos da imprensa alternativa paulista e carioca — às turras com a censura e com a repressão —, o *Panorama* representou uma tentativa singular: usar um periódico do interior como espaço de resistência política, editorial e gráfica. A escolha de Londrina não foi acidental: a distância de Curitiba e dos principais núcleos de vigilância da Polícia Federal criava uma margem de manobra que os jornalistas souberam explorar. O projeto dedicou ao *Panorama* uma fase específica de iniciação científica, que resultou em artigos e comunicações apresentados em eventos científicos da área.

Outro objeto de investigação destacado foi a edição curitibana do jornal *Última Hora*, encerrada em 1964 depois de o jornal ter sido apedrejado por estudantes secundaristas — em episódio que, para o grupo de pesquisa, esconde um fenômeno editorial mais amplo. O *Última Hora* nacional era um dos jornais mais identificados com o governo João Goulart e, por isso, um dos primeiros alvos da reação golpista. Em Curitiba, a violência física contra a sede do jornal simbolizou o fim de um projeto editorial progressista. Desta etapa da pesquisa resultou um livro ainda inédito sobre o *Última Hora* paranaense, além de uma coletânea com os escritos da única mulher a atuar naquela redação, a jornalista Celina Luz — personagem que ilumina a dupla invisibilidade das mulheres no jornalismo do período: invisíveis como profissionais e invisíveis como sujeitos da história.

A pesquisa também atravessou a Grafipar Edições, que em plena ditadura discutia políticas do corpo e liberdade nas entrelinhas de revistas e gibis com conteúdo erótico. A Grafipar constituiu um caso inusitado: ao mesmo tempo em que estava sujeita à moral conservadora do regime, explorava brechas da censura para produzir conteúdos que, por outras vias, seriam absolutamente vetados. O jornal católico *Voz do Paraná* foi estudado como abrigo de jornalistas com direitos cassados — um espaço que combinava o prestígio institucional da Igreja Católica com a relativa proteção que esse prestígio conferia aos seus colaboradores (Antonelli, 2019).

Em menor escala, o projeto dedicou atenção a excertos sobre os jornais *Gazeta do Povo* (Fernandes, Santos, 2009) e *O Estado do Paraná*. O acervo deste último, hoje preservado em aproximadamente 2.939 caixas com estimados 19 milhões de itens, é objeto de pesquisa de doutorado em andamento vinculada ao projeto. Trata-se de um dos maiores acervos de

imprensa regional do Brasil, e sua investigação sistemática poderá gerar descobertas significativas sobre a cobertura jornalística do período ditatorial no Paraná.

Produtos acadêmicos e culturais gerados pelo projeto

Um dos aspectos mais expressivos do projeto "Jornalismo e Ditadura Militar no Paraná" é a quantidade e variedade de produtos acadêmicos e culturais que dele resultaram ao longo de mais de uma década. Esses produtos evidenciam a fertilidade do acervo oral construído e a capacidade do projeto de formar pesquisadores em diferentes níveis — da graduação ao doutorado.

No âmbito dos Trabalhos de Conclusão de Curso, destacam-se pelo menos três produções diretamente respaldadas pelo projeto. O livro-reportagem *Ibiúna, anteontem*, de Júlia Ledur (2020), reconstituiu a história das cinco estudantes paranaenses presas no Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo, em outubro de 1968 — um dos mais simbólicos episódios de repressão à juventude universitária. A obra combina entrevistas em profundidade com pesquisa documental e representa, ao mesmo tempo, produto jornalístico e contribuição historiográfica. O episódio, citado na maior parte dos estudos e depoimentos sobre a repressão acirrada a partir de 1968, ainda é pouco aprofundado, à revelia do impacto das prisões dos principais líderes estudantis do período. A pesquisa do núcleo acaba tangenciando o ocorrido, dada a prisão de 23 paranaenses no Presídio de Tiradentes, por ocasião do congresso (Tércio, 2025).

O livro-reportagem *A luta bebe cerveja*, de Anna Carolina Sens (2021), foi construído a partir de 15 depoimentos de jornalistas que faziam circular, nos espaços de sociabilidade como bares, informações censuradas pelos grandes jornais. O título é emblemático: ao nomear os bares como espaços de resistência, a obra resgata uma dimensão da vida profissional que a historiografia convencional tende a ignorar — a informalidade como estratégia política. Já o documentário *O curso de Jornalismo da UFPR e a ditadura militar*, de Vítor Parolin, investigou a trajetória da própria instituição formadora durante o período ditatorial, cruzando memória institucional e memória individual dos docentes e estudantes da época.

No campo dos artigos científicos, o acervo do projeto subsidiou pelo menos 20 publicações — incluindo capítulos de livros —, abordando temas como as primeiras mulheres nas redações paranaenses, o acervo físico dos jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*, e aspectos específicos da prática jornalística sob censura. Esses artigos foram

publicados em periódicos científicos da área de comunicação e apresentados em eventos nacionais e regionais da Intercom, consolidando a visibilidade do projeto no campo acadêmico (Fernandes, 2016, 2018).

Em nível de pesquisa científica, o projeto impulsionou ao menos três pesquisas em andamento ou concluídas: o estudo sobre o jornal *Panorama* e sobre o *Última Hora* paranaense, ambos como projetos de iniciação científica com publicações associadas; a pesquisa de mestrado sobre a vida e obra do cartunista e jornalista Cláudio Seto (2023–2024); e pesquisas de doutorado voltadas ao acervo do jornal *O Estado do Paraná* e às revistas da Grafipar, esta última investigando a articulação entre erotismo, censura e resistência cultural.

A participação de estudantes no projeto ao longo de seus mais de dez anos é outro dado que merece destaque: pelo menos 30 estudantes, a maioria do Curso de Jornalismo da UFPR, passaram pela pesquisa em suas diferentes fases. Para além da produção científica gerada, esse dado aponta para uma dimensão formativa do projeto: a de formar pesquisadores e jornalistas sensíveis à memória e à história de sua própria profissão, capazes de compreender que o presente do jornalismo só se ilumina quando confrontado com o seu passado.

Considerações finais

O projeto "Jornalismo e Ditadura Militar no Paraná" constitui, mais de uma década após sua fundação, um dos mais consistentes esforços de reconstituição da memória da imprensa regional brasileira durante o período ditatorial. Sua singularidade reside não apenas na metodologia adotada — a entrevista em profundidade como fonte histórica —, mas na persistência com que a pergunta inicial foi mantida ao longo de diferentes fases, equipes e configurações institucionais (Duarte, Barros, 2011). Como em outros cenários brasileiros, o passado brasileiro ainda não passou, pois a ditadura militar se faz presente e explica, pelo sim pelo não, os caminhos da imprensa no estado (Teles, Safatle, 2010). Importa salientar que a violência da ditadura brasileira se nutria e nutre de uma máquina do esquecimento, o que explica as lacunas encontradas nos estudos do núcleo de pesquisa Jornalismo e ditadura militar no Paraná. Aqui, tal e qual, a história é trauma e deixou, como legado negativo, a ausência do coletivo, justo o que sustenta o discurso da imprensa e sua razão de existir (Marcondes Filho, 1993; Ginzburg, 2010).

Os achados do projeto desafiam interpretações simplificadoras que reduzem o comportamento da imprensa paranaense a um único registro de cumplicidade passiva com o

regime. As entrevistas revelam um panorama mais rico e contraditório: jornalistas que se autocensuravam nos grandes jornais, mas faziam circular informações nos bares; profissionais perseguidos que encontravam refúgio em veículos católicos ou em editoras de revistas eróticas; redações que sofriam pressão direta dos censores e, ao mesmo tempo, produziam inovações gráficas e editoriais ignoradas pela historiografia nacional. Em tempo, a história oral, na forma do depoimento, é instrumento para recuperar a ação da imprensa, grupo que teve papel centralizando – ao lado dos historiadores – na luta pela redemocratização do país (Starling, 2015).

Do ponto de vista metodológico, o projeto demonstra a validade da história oral como instrumento de pesquisa em jornalismo, especialmente quando aplicada a períodos e contextos em que os documentos escritos foram destruídos, adulterados ou simplesmente não produzidos. A fala dos jornalistas revela dimensões da prática profissional que nenhum arquivo convencional poderia capturar.

Os produtos gerados pelo projeto — artigos, livros-reportagem, documentários, pesquisas de graduação, mestrado e doutorado — evidenciam a capacidade formativa e a fertilidade do acervo oral construído. O desafio que se coloca para os próximos ciclos da pesquisa é o tombamento sistemático desse acervo e sua disponibilização para pesquisadores de outras instituições, ampliando o impacto do trabalho realizado na UFPR para o campo mais amplo da história do jornalismo brasileiro.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, José. **Operação Pequeno Príncipe: polícia política e marxismo infantil no Paraná**. 2.^a edição. Maringá: Eduem, 2025.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ANTONELLI, Diego. **Jornal Voz do Paraná: uma história de resistência**. Curitiba: Esplendor, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONSANTO, André. **A verdade dita é dura: jornalismo, história e ditadura militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da verdade)**. São Paulo: Dialética, 2021.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Todavia, 2023.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha**: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. Salvador: Disal, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERNANDES, José Carlos; SANTOS, Marcio Renato dos. **Todo dia nunca é igual**: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da *Gazeta do Povo*. Curitiba: Gazeta do Povo, 2009.

FERNANDES, José Carlos. Desejos impressos. **Helena**. Curitiba, setembro 2017. Número 6. Secretaria de Estado da Cultura.

FERNANDES, José Carlos. 2.939 caixas de histórias do cotidiano. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16-17 abr. 2016. Vida e Cidadania, p. 31.

FERNANDES, José Carlos. Processo de salvamento de um acervo: a coleção de imagens dos jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*. **Anais do 41.º Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação**. Joinville, 2018. Disponível: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1309-1.pdf>

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. 2.ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática**: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2003.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LEDUR, Júlia. **Ibiúna, anteontem**. Curitiba, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Federal do Paraná.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta, 1993.

MINAYO, Maria Cecília. COSTA, António Pedro. **Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia**: pesquisa qualitativa em ação. Lisboa/São Paulo: Ludomedia e Hucitec Editora, 2019.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart et al. **A serviço da repressão**: Grupo Folha e violações de direitos na ditadura. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

SENS, Anna Carolina. **A luta bebe cerveja**. Curitiba, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Universidade Federal do Paraná.

SILVA, Juremir Machado da. **1964**: golpe midiático civil-militar. 8.ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2017.

STARLING, Heloísa M. Sobre os silêncios da ditadura militar. IN: FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil.

TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

TÉRCIO, Jason. **Sitiados**: a saga do Congresso de Ibiúna em 1968. São Paulo: Matrix, 2025.

URQUIZA, Marconi de Albuquerque; MARQUES, Denilson Bezerra. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. **Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115-144, 2016.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del. FERNANDES, José Carlos. Protagonismos de resistência: as vozes de dez mulheres jornalistas do Paraná, da ditadura militar à consolidação de uma trajetória profissional. IN: SOSTER, Demétrio. ROVIDA, Mara. **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas protagonistas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2021.